

POR UMA NOVA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO: UM MANIFESTO A PARTIR (E ALÉM) DAS CONTRIBUIÇÕES DE CELSO FURTADO E DA “ESCOLA DE CAMPINAS”

Vinicius Carneiro¹

Resumo: As teorias do desenvolvimento, que surgem nos países periféricos durante o século XX, possuem em comum a tentativa de realizar análises a partir de condições específicas destes lugares, desviando-se da utilização de teorias prévias que normalmente são desenvolvidas nos países centrais. Dentre os autores que se propuseram a realizar tal empreitada, Celso Furtado se destaca tanto no Brasil como na América Latina, como sendo um dos pioneiros em grande parte dos assuntos que foram elaborados dentro do contexto periférico. Esse pioneirismo fez com que o autor acabasse por incorrer em alguns erros teóricos e chegasse em conclusões que se mostraram equivocadas, o caso clássico foi o fracasso da previsão do seu modelo de estagnação. Devido a isso, surgiram diversas outras teorias que buscaram contrapor a visão que era trazida por Furtado, dentre estas, destaca-se a que é desenvolvida por Maria da Conceição Tavares e José Serra, em 1971, no artigo clássico “Além da Estagnação”. Dentre os diversos pontos trazidos no trabalho, o principal é a reivindicação do uso do “Princípio da Demanda Efetiva” para a economia brasileira, alterando também as conclusões e previsões. A partir desta crítica, se desenvolve a chamada “Escola de Campinas”, que, com a participação de mais outros autores, conserva algumas conclusões, agrega interpretações e modifica outros pontos da análise. Apesar do alcance político e da importância que a escola consegue alçar no debate brasileiro, o tratamento da questão do desenvolvimento, entendendo esse como a ocorrência de mudança estrutural na sociedade, sofreu nos últimos anos um enfraquecimento dentro do debate público, em que cada vez mais as estratégias deste tipo são deixadas de lado por parte dos governos, sendo este é um processo que não ocorre apenas no Brasil, mas está presente em escala mundial. A partir disso, o artigo pretende manifestar-se, com base nos argumentos trazidos por Serrano e Medeiros (2004), em prol do surgimento de uma nova teoria do desenvolvimento que seja capaz de conter um referencial que agregue as contribuições tanto dos autores clássicos do desenvolvimento como as contribuições que foram surgindo dentro do debate teórico. Reivindica-se, sobretudo, a utilização do Princípio do Excedente, presente na economia clássica, juntamente com o Princípio da Demanda Efetiva, desenvolvido a partir dos trabalhos de Keynes e Kalecki. Para tal feito, o artigo divide-se em uma introdução, três seções e uma conclusão. Na primeira seção é mostrado a forma com que Furtado constrói o seu modelo teórico. Na segunda seção é trazida a crítica que é feita por Tavares e Serra (1972) e a construção da visão que deriva desta contribuição. A última seção se dedica em, a partir do trabalho de Serrano e Medeiros (2004), reivindicar o surgimento de uma nova teoria do desenvolvimento, a partir da necessidade que há pelo fato dessa questão ter sido deixada constantemente de lado na história recente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Excedente. Demanda Efetiva

Abstract: The theories of development, which emerged in peripheral countries during the 20th century, have as a common point the attempt to carry out analyzes based on the specific conditions of these developing countries, diverging from the previous theories developed in the central countries. Among the authors who set out to perform this task, Celso Furtado stands out both in Brazil and in Latin America, as one of the pioneers in most of the subjects that were elaborated within the context of peripheral countries. This theoretical pioneering of Furtado led the author to make some theoretical errors and arrive at conclusions that later proved to be wrong. The classical case was the predictions failure of its stagnation model. Because of this, several other theories that sought to counter the vision that was brought by Furtado, among them, the one developed by Maria da Conceição Tavares and José Serra, in 1971, in the classic article “Além da Estagnação” stands out. Among the various points brought up in the work, the main one is the demand for the use of the “Principle of Effective Demand” for the Brazilian economy, also changing the conclusions and forecasts. Based on this criticism, the so-called “Escola de Campinas” develops, which, with the participation of other authors, preserves some conclusions, aggregates interpretations and modifies other points of the analysis. Despite the political reach and the importance that the school manages to raise in the Brazilian

¹ Economista pela UFMS e mestrando em Economia pelo PPGE-IE/UFRJ.

debate, the treatment of the issue of development, understanding this as the occurrence of structural change in society, has suffered in the last years a weakening within the public debate, in which more and more strategies of this type are left out by governments, and this is a process that does not occur only in Brazil, but is present worldwide. Based on this, the article intends to manifest itself, based on the arguments brought by Serrano and Medeiros (2004), in favor of the emergence of a new development theory that is capable of containing a reference that aggregates the contributions of both the classic authors of development as the contributions that emerged within the theoretical debate. Above all, the use of Surplus Principle, present in classical economics, together with the Principle of Effective Demand, developed from the work of Keynes and Kalecki. To this end, the article is divided into an introduction, three sections and a conclusion. The first section shows the way in which Furtado builds his theoretical model. The second section presents the criticism made by Tavares and Serra (1972) and the construction of the vision that derives from this contribution. The last section is dedicated to, based on the work of Serrano and Medeiros (2004), claiming the emergence of a new theory of development, based on the necessity that this question has been constantly left out in recent history.

Keywords: Development. Surplus. Effective Demand.

INTRODUÇÃO

As teorias do desenvolvimento que passam a surgir nos países periféricos, sobretudo a partir da criação, em 1948, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), representavam a tentativa de se pensar a região a partir das condições reais destes países, fugindo de modelos que foram pré-estabelecidos no centro e que constantemente eram importados para a periferia. Sobre a falta de correspondência entre as teorias e a realidade latino-americana, Prebisch ([1949] 2000, p.80) afirma que “dificilmente se poderia pretender [...] que os economistas dos grandes países [...] viessem a dedicar sua atenção preferencialmente ao estudo dos nossos. Compete primordialmente aos próprios economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. Somente se viermos a explicá-la racionalmente e com objetividade científica é que será possível obtermos fórmulas eficazes de ação prática”.

Tal ousadia colocava os pensadores ligados e essa tentativa em um papel de vanguarda para a elaboração desse novo modo de pensar. Apesar disso, essa abordagem não partiu do zero, tendo bastante inspiração no arcabouço da economia clássica. Essa ligação é iniciada, ainda no “centro”, a partir do trabalho de Lewis ([1954] 1969) que, ao apontar que as economias periféricas possuíam um excedente estrutural de mão de obra, refutava a utilização do referencial neoclássico e reivindicava o uso dos pressupostos clássicos para essas regiões².

A CEPAL possui enorme influência dentro desse processo de desenvolvimento do pensamento econômico de toda a América Latina. No Brasil isso pode ser observado pela ligação que há entre grande parte dos economistas heterodoxos com a instituição. Dentre os quais, podemos destacar Celso Furtado que foi um economista ligado a CEPAL e atuante tanto politicamente como teoricamente dentro entidade, além de ser teórico e ter ocupado cargos políticos dentro do governo brasileiro. O autor foi um dos responsáveis por ter internalizado no país a problemática do desenvolvimento como um ramo da ciência econômica a ser aprofundado. Compreendendo esta como a ocorrência de mudança estrutural dentro da sociedade.

O pioneirismo que Furtado ocupou fez com que o autor cometesse alguns erros nos seus prognósticos sobre a economia brasileira, exemplo marcante disso é a elaboração de sua tese de estagnação no ano de 1966, em que o autor afirmava que não seria mais possível haver crescimento econômico no país e que a economia estaria fadada a se estagnar. Essa previsão não se confirmou e acabou acontecendo exatamente ao contrário do que ele havia previsto, dois anos após a publicação

² Lewis (1957), embora defenda a utilização da abordagem clássica para a periferia, afirma que ao se analisar economias desenvolvidas o referencial neoclássico continua a ser o melhor, uma vez que a utilização dos fatores nessas economias é dada pela sua escassez relativa.

de sua tese, o Brasil voltava a crescer em ritmo bastante acelerado no período do chamado “Milagre Econômico”.

Esse acontecimento fez com que surgissem teorias que tentavam explicar o que teria acontecido para a economia brasileira ter conseguido sair da situação de crise e atingir o crescimento. A tese que ficou mais famosa dentro da heterodoxia brasileira sobre o assunto foi feita por Maria da Conceição Tavares e José Serra, em 1971. Os autores, que até então eram tidos como discípulos de Furtado, realizaram uma crítica ao modelo de estagnação de Furtado ao mesmo tempo em que fizeram sua análise sobre o período. Essa crítica representa também uma ruptura que é de extrema importância tanto teórica como analiticamente, uma vez que se alteram os princípios e pressupostos que estavam servindo de base para as análises heterodoxas brasileiras. Talvez a modificação mais fundamental seja a de se passar a considerar que a economia brasileira, ainda que com especificidades próprias, deva ser tratada e analisada como uma economia tipicamente capitalista.

Dessa crítica desenvolve-se a chamada “Escola de Campinas”, composta por um grupo de professores ligados ao Instituto de Economia da Unicamp. Eles passam então a fazer análises do Brasil a partir desses novos princípios, evidentemente muitas de suas conclusões passam a divergir das que eram encontradas nas teses de Furtado e da CEPAL. A própria escola passa por uma modificação de abordagem, em que são revistas algumas conclusões e ideias. Porém, apesar dessas mutações, continua e passa a cada vez mais ocupar uma posição de centralidade tanto no debate econômico como no político. Vindo inclusive a ocupar diversos cargos no governo após a redemocratização.

Diante disso, o objetivo geral do presente trabalho é realizar uma apresentação crítica da forma com que os modelos de desenvolvimento brasileiros se modificaram ao longo do tempo e reivindicar a urgência do surgimento de um novo modelo de desenvolvimento para o país. Para isso, o artigo está dividido em, além dessa introdução, em três seções. Inicialmente é mostrado como a teoria de Celso Furtado é constituída, apontando a forma com que seus principais pontos são incluídos pelo autor dentro de suas obras. Após isso, apresenta-se a crítica que é realizada por Tavares e Serra e as ramificações que são extraídas a partir daí. A terceira seção se dedica a fazer uma crítica em forma de manifesto para a retomada da questão do desenvolvimento na agenda econômica e política brasileira. E, por fim, uma breve conclusão.

A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO

Não é a tarefa mais simples conseguir precisar um único modelo aos trabalhos feitos por Celso Furtado ao longo de sua vida. Essa multiplicidade fez com que o autor oscilasse entre

diferentes tipos de abordagens, tanto em obras como em fases de sua vida. Um dos motivos que podem ser apontados como causadores desse emaranhado de diferenças é justamente o fato de Furtado ter sido um dos pioneiros em muitos debates deste tipo, tanto no Brasil quanto na Cepal e no mundo. Esse pioneirismo pode ser evidenciado em algumas obras posteriores do autor, em que ele afirma que em alguns momentos as posições tomadas por ele e pela Cepal tiveram um papel de vanguarda no debate econômico à época (FURTADO, 1985).

Dentre os diferentes modelos, este trabalho fez um esforço para tentar selecionar os principais pontos que se tornaram decisivos dentro de sua obra, buscando traçar a construção destes e de que forma eles iam se inserindo e se interligando em sua teoria. A primeira obra que representa uma primeira fase de consolidação e sintetização de sua teoria foi o livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, publicado em 1961. O livro é uma junção de uma série de artigos e obras anteriores do autor e que ali são apresentadas de maneira completa e concreta, objetivando apresentar traços de continuidade em sua teoria³.

“Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” está dividido em duas partes, na qual cada uma trata de uma parte do título da obra. O caminho traçado por Furtado ([1961] 2009) ao longo da primeira parte é o de primeiro apresentar como as diferentes correntes teóricas entendiam o desenvolvimento, embora essa passagem não seja fundamental para a elaboração de sua teoria, esse primeiro capítulo é bastante rico, em que Furtado apresenta a sua própria visão das diferentes teorias existentes. Em seguida ele busca mostrar quais seriam os mecanismos envolvidos no processo e, por fim, apresentar o processo histórico que havia tido o desenvolvimento. É nesta parte que o autor define a teoria do desenvolvimento como “uma teoria macroeconômica da produção que buscaria estudar as relações entre o aumento da produtividade do trabalho e as repercussões do processo sobre a distribuição e a utilização do produto social” (FURTADO, [1961] 2009, p.91).

Ao realizar uma leitura do processo histórico do desenvolvimento, Furtado oscila entre as abordagens clássica e neoclássica. Em alguns momentos o autor não renuncia ao princípio do excedente e sempre coloca a acumulação de capital como o motor do desenvolvimento⁴, já em outros momentos, ele se inclina em aceitar os pressupostos neoclássicos, que enfatizam o princípio da substituição⁵. Dentro dessas divergências poderíamos compreender que ao analisar uma primeira etapa do capitalismo, Furtado se mune da teoria clássica para desenvolver a sua linha de

³ Uma boa apresentação de quais foram as obras anteriores utilizadas e as mutações que estas sofreram pode ser encontrada em Borja (2013).

⁴ Ao trabalhar esse ponto, Furtado ([1961] 2009) afirma que a centralidade ao investimento trazidas por Keynes e Schumpeter teria sido a maior contribuição destes autores, porém, reivindica que essas contribuições tenham que ser levadas ao longo prazo, o que para ele não ocorria.

⁵ Uma apresentação dos princípios do Excedente, da Demanda Efetiva e da Substituição pode ser encontrada no trabalho de Serrano e Medeiros (2001).

pensamento, sobretudo pelo fato da existência de excedente de mão-de-obra. Com o desenvolvimento das regiões houve uma suposta extinção desse excedente, Furtado passa então a se aproximar mais do princípio da substituição, que possui como pressuposto a escassez dos fatores de produção⁶.

Na segunda parte do livro, dedicada a apresentação do Subdesenvolvimento, Furtado busca a desenvolver o seu próprio conceito sobre o tema, é nesta parte que o autor apresenta sua famosa definição de que o subdesenvolvimento seria, portanto, “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, [1961] 2009). A definição da economia brasileira como sendo subdesenvolvida viria a ocupar lugar central dentro de suas obras posteriores (SCHERER, 2007; SAMPAIO JR, 1997).

Furtado faz questão de enfatizar que o seu conceito de subdesenvolvimento vai muito além de aspectos econômicos, sendo embutido de diversos aspectos sociais, históricos e culturais dos países. Portanto, esse conceito deveria ser entendido como uma condição estrutural de existência dessas economias. Ainda segundo o autor, isso seria uma consequência do desenvolvimento dos países centrais, desde a colonização até a inserção destes no comércio internacional. As raízes primário-exportadoras fizeram com que se criasse uma condição de coexistência pacífica entre economias arcaicas, ligadas ao setor primário e de serviços de baixa qualidade, e dinâmicas, que se inseriram sobretudo a partir do processo de substituição de importações. Há, portanto, a existência um dualismo dentro dessas economias. A estrutura subdesenvolvida tem como característica a não absorção de toda a mão de obra disponível no setor dinâmico, haveria, portanto, um excedente estrutural de mão de obra.

Com o referencial apresentado, Furtado dedica o final do livro a fazer a sua tradicional apresentação sobre o processo de industrialização brasileira. Resumidamente, ele afirma que até a década de 30 todo o impulso dinâmico na economia era condicionado a partir do setor externo mediante as exportações dos produtos primários. Com a crise de 29, e a conseqüente queda nos preços do café, o setor cafeeiro entrou em uma crise sem precedentes. O governo brasileiro, então, optou por uma ação ainda mais radical para defender o setor exportador, a de garantir que a produção de café seja realizada, isso fez com que nível de emprego da economia se mantivesse. Esse fator atrelado a queda na capacidade de importar do país fez com que fosse dado grande impulso ao mercado interno brasileiro, que neste período já possuía uma quantidade de indústria instalada no

⁶ Apesar dessa guinada teórica, Furtado ([1961] 2009) é bastante enfático ao repudiar a ideia de estacionariedade para as economias desenvolvidas. Para ele, devido as técnicas serem endógenas à produção, as economias estariam fadadas a crescer ou decrescer.

país. O Brasil entra num processo de deslocamento do centro dinâmico para dentro da economia, processo ao qual recebe o nome de Substituição de Importação, tema que será recorrente dentro da análise de Furtado e de tantos outros economistas à época.

Mesmo com o decorrer do processo, e o conseqüente alcance de determinado grau de industrialização que o país adquire, continuam a coexistir métodos de produção extremamente arcaicos dentro da economia brasileira. Se encontrava justamente a condição de uma economia dual, característica principal do subdesenvolvimento. Nessa estrutura, embora o país possuísse certa dinâmica interna, a propagação não era capaz de se irradiar por toda economia. Segundo Furtado ([1961] 2009), isso fazia com que os frutos do desenvolvimento que haviam sido alcançados ficassem restritos ao acesso apenas de uma pequena minoria.

Embora seja um livro bastante completo, “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” não contém toda a síntese do pensamento do autor, que segue em construção ao longo dos anos 60 e 70. Ao decorrer de cada obra é possível se observar a inserção de novas ideias que vão se incorporando a análise do autor, ao longo do presente artigo foi dada a preferência para a utilização de livros de Celso Furtado, tentando dessa forma já realizar uma síntese prévia do pensamento do autor⁷. Já no ano de 1962, Furtado publica “Subdesenvolvimento e Estado Democrático”, tendo como o principal objetivo analisar os aspectos políticos do subdesenvolvimento e as suas conseqüências para a economia brasileira.

O caminho traçado por Furtado (1962) ao longo do livro se assemelha aos que o autor percorre em outras obras, dedica a parte inicial para uma apresentação das teorias que irá utilizar, posteriormente faz a leitura de determinado período histórico e, por fim, traça uma interlocução entre a teoria e a história. Com relação à parte teórica, Furtado repete grande parte do que havia desenvolvido na obra anterior. Porém, ao fazer uma análise sobre o futuro, ele se mostra bastante otimista diante os desafios que eram colocados à economia brasileira. Ele afirmava que, naquele momento, o Brasil possuía um desafio enorme de poder se tornar uma potência, mas que para alcançar tal feito seria necessário a consciência de toda a sociedades frente aos desafios que seriam enfrentados.

Esse certo otimismo vai desaparecendo ao longo de suas obras, em seu trabalho posterior, “Dialética do Desenvolvimento”, que é publicado, em 1964, já durante o exílio, Furtado se mostra muito mais pessimista com relação às condições que a economia brasileira se encontra⁸. O livro traz

⁷ Ao se analisar por artigos poderia se observar ainda mais o “périplo” que o autor percorre, porém tal objetivo foge ao escopo do presente trabalho.

⁸ É verdade que toda a década de 60 representa uma fase mais pessimista de Furtado com relação à década anterior, fato que pode ser explicado, assim como nos lembra Bastos e D’Avilla (2009), pelo fim do Plano de Metas. É

ainda a inserção de alguns pontos que farão parte do modelo que será desenvolvido por ele mais adiante.

Um primeiro ponto inédito que é trazido por Furtado (1964) é o papel que a inflação toma dentro de suas teorias, até então o autor havia dedicado muito pouca atenção a essa questão. O autor afirma que, durante o desenvolvimento industrial da economia brasileira, a inflação havia tido um papel dinâmico e fundamental ao processo de industrialização da economia. O mecanismo inflacionário teria atuado de duas formas: i) teria feito com que houvesse uma elevação dos investimentos e, conseqüentemente, do crescimento da economia; ii) houve ainda um direcionamento desses investimentos para o setor industrial. Ao desenvolver essa relação entre inflação e investimento, Furtado não chega a utilizar diretamente a poupança como o fator determinante do investimento, somente na sua obra posterior essa relação fica mais clara. Acaba se tratando de um mecanismo clássico de poupança forçada, mesmo que Furtado não faça as devidas referências ao tratar do assunto.

No final do livro, há ainda a introdução da questão dos “padrões de consumo”, um importante ponto dos trabalhos que são desenvolvidos, desde a década de 40, pela Cepal e que, a partir deste momento, Furtado passa a incorporar de maneira mais determinante em seu modelo. Segundo tal ideia, o processo de formação do capitalismo brasileiro teria sido responsável por criar uma classe capitalista industrial totalmente orientada para padrões de consumo que não correspondem ao grau de desenvolvimento do país. Ou seja, se copiou o padrão da demanda por bens de luxo, sem que a economia tivesse capacidade de produção interna para esses bens. Furtado não desenvolve dentro deste trabalho, mas em sua obra posterior tal fator estará diretamente relacionado com a questão da queda da relação produto-capital⁹, que é central para sua tese de estagnação. Essa seria, portanto, uma das barreiras estruturais que o processo de industrialização teria encontrado.

Essa questão dos “padrões de consumo” continuará sendo trabalhada por Furtado em seus trabalhos posteriores, chegando inclusive a ocupar um lugar central nas obras que o autor realiza nos anos 80¹⁰. Nestas obras, o autor sai quase que totalmente da economia e passa a tentar encontrar soluções a partir de outras visões, dando centralidade para a questão cultural como base para a

inclusive um traço no desenvolvimento da sua tese do Subdesenvolvimento. Porém, defende-se que nas obras citadas até aqui, o autor ainda se mostrava otimista com relação à possível superação de tal condição.

⁹ Assim como traz Bastos e D’Avilla (2009), a associação direta que Furtado faz entre os bens de luxo e a utilização relativa de mais capital com relação ao trabalho é bastante questionável, vide exemplos de bens que são de consumo de altas camadas de renda e que não possuem uma quantidade elevada de capital para a sua produção.

¹⁰ Um exemplo dessas obras é “Fantasia Desfeita”, que é publicada em 1989 pelo autor.

formação desse padrão de consumo. Essa mudança de visão de Furtado pode ser visualizada também a partir do fato de o autor ter chegado a ser Ministro da Cultura após a redemocratização do país.

Passando para o seu próximo livro “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina”, publicado em 1966, em que o autor apresenta o seu tradicional modelo de estagnação, não só para o Brasil, mas também para todos os países da América Latina. É importante que se diga, assim como faz Coutinho (2015), que embora a obra seja principalmente conhecida pela sua tese de estagnação, talvez até mais pela crítica que lhe é feita por Tavares e Serra, o livro possui a apresentação de diversos outros aspectos políticos e econômicos que são riquíssimos. Por mais que a apresentação de tais pontos fuja ao escopo do presente trabalho, se pode citar o segundo capítulo, por exemplo, em que o autor faz uma interessante análise sobre a geopolítica mundial e a forma com que a América Latina se insere dentro desse mecanismo. Na introdução do livro, Furtado (1966) faz questão de apontar que, com exceção do terceiro capítulo, que é onde ele desenvolve o seu modelo, ele está construindo uma obra que não é dedicada somente a economistas e que sua leitura poderá ser realizada por toda pessoa que esteja interessada em estudar a América Latina.

Com relação a teoria desenvolvida no livro, é uma das primeiras vezes em que Furtado usa diretamente o modelo de Cambridge para explicar o processo de desenvolvimento. Para ele, nas economias desenvolvidas, a pressão de maiores salários fazia com que houvesse uma pressão sobre os lucros, para se defender de tal situação os capitalistas passam a implementar cada vez mais técnicas produtivas que poupam mão-de-obra e possibilitam a reposição de seus lucros. É basicamente um esquema de conflito distributivo que move o progresso técnico e, conseqüentemente, o desenvolvimento destes países. Ao citar tal mecanismo, Furtado é bastante claro em citar o papel determinante da poupança sobre o investimento da economia.

Tal efeito não teria ocorrido no Brasil pelo fato de se existir uma mão-de-obra excedente, o que fazia com que não houvesse pressões salariais. Dessa forma, o mecanismo de geração de poupança e desenvolvimento teria se dado a partir do estrangulamento externo. A queda na capacidade para importar, ocorrida na década de 30, fez com que houvesse um aumento dos preços internos dos produtos, os mais afetados nessa etapa foram os bens de consumo. A forma que se deu esse impulso, atrelado ao dualismo estrutural e aos padrões de consumo teriam feito com que os efeitos do progresso técnico não se irradiassem por toda a economia, ficando restrito a determinados setores.

Com relação ao modelo da estagnação, Furtado (1966) inicia sua apresentação a partir de uma perspectiva histórica¹¹. As modificações na estrutura de custos que ocorreram nas economias latino-americanas não foram acompanhadas por uma melhora do setor exportador, o que fez com que se criasse pressões inflacionárias dentro dessas economias, esses aumentos atuaram em favor da produção das manufaturas. Com esses setores possuindo uma oferta de mão de obra ilimitada, as inversões tendiam a aumentar a relação capital-trabalho da economia, supondo um salário constante isso era acompanhado com uma elevação na taxa de lucros. Juntamente com esses fatores, há ainda a perda de dinamismo do setor exportador, o que faz com que haja um deslocamento de atividades empresariais e de recursos financeiros para o setor industrial, o que repercute favoravelmente em um novo aumento na taxa de lucro da economia. Todos esses fatores fazem com que a taxa de poupança se eleve.

Esgotada a primeira fase da substituição de importação, que se dá sobretudo no setor de bens de consumo não duráveis, haverá uma pressão aos setores de bens de capital e intermediários, o que devido às maiores dificuldades desses investimentos, tenderia a afetar negativamente a taxa de investimento da economia. Passaria a surgir então um processo cumulativo circular pelo qual as transformações na composição da demanda global determinariam modificações na estrutura da oferta que, ao concretizar-se, acarretariam na: i) elevação na relação capital-trabalho do conjunto do sistema econômico; ii) declínio na transferência de mão de obra dos setores da baixa para os de mais alta produtividade e; iii) aumento na relação capital-produto da economia como um todo.

A elevação no coeficiente de capital por unidade de emprego, em condições de estabilidade na taxa de salário, atuou no sentido de concentrar a renda; por outro lado, devendo orientar-se os investimentos para indústrias cada vez mais exigentes do ponto de vista do mercado, põem-se em marcha fatores que deprimem ainda mais a relação produto-capital. Dentro de tal mecanismo, a concentração de renda atuaria em duas direções, por um lado, tenderia a elevar o coeficiente de capital, dando lugar a um mecanismo cumulativo pois a elevação do coeficiente causa nova concentração de renda, se a taxa de salário se manter estável. Por outro lado, tenderia a reduzir a taxa de crescimento, na medida em que provoca um declínio na relação produto-capital, em consequência da concentração de investimentos nas indústrias de bens duráveis de consumo, com respeito às quais são maiores os obstáculos causados pelas inadequadas dimensões do mercado.

O encarecimento relativo dos equipamentos de capital, que ocorreu nas fases avançadas do processo de substituição de importações, teve efeitos inversos ao das inovações tecnológicas, pois

¹¹ Se pode conseguir uma apresentação mais aprofundada do modelo através de fórmulas e equações matemáticas a partir do trabalho que é realizado por Scherer (2007). Lá, a autora se dedica a utilizar tal referencial que pode ser útil para uma compreensão mais completa do modelo.

passou a exigir um maior investimento por unidade de produto, mantidos sem alterações os demais insumos. Isso faz com que haja uma pressão para a diminuição na taxa de lucro e, conseqüentemente, na taxa de poupança, que somente poderia ser revertido caso fosse anulada pelo crescente progresso tecnológico. Porém a situação seria ainda mais dramática, pois, segundo Furtado, os próprios fatores que possibilitam uma elevação da produtividade média contribuem para agravar as tendências à concentração de renda, uma vez que os salários tendem a permanecer os mesmos.

Sintetizando o que foi dito acima, temos que todo o processo se inicia com a existência de um dualismo na economia, havendo um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial. Este segundo setor absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dá origem a um padrão de distribuição de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir a eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais a renda, num processo de causação circular. Disso há duas conseqüências, em um caso mais geral, o declínio na eficiência econômica provoca diretamente a estagnação econômica. Em casos particulares, a crescente concentração de renda e sua contrapartida de população subempregada que aflui para as zonas urbanas criam tensões sociais que, por si só, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento. Sendo, portanto, os dois destinos igualmente desastrosos.

Finalizando a apresentação das obras de Furtado ao longo dos anos 60, há ainda a publicação de “Teoria e Política do Desenvolvimento” em 1968. O livro apresenta uma estrutura bastante próxima do livro clássico “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, repetindo inclusive alguns capítulos e adicionando alguns pontos de vista. Esse livro pode ser visto como uma grande consolidação do pensamento que o autor desenvolve, trazendo uma junção dos elementos teóricos que o autor foi desenvolvendo ao longo da década.

De inédito o livro contém de a inserção da questão dos padrões de consumo com a sua teoria. Ao fazer a apresentação do modelo de estagnação, Furtado ([1968] 1986) dá um papel na forma com que essa variável se interage com as demais. Mantendo a causalidade lucro-poupança-investimento, o autor reitera que embora a concentração de renda seja um fator que favoreça a geração de poupança, essa pode vir a não ocorrer devido a manutenção ou aumento do consumo de bens de luxo por parte das minorias capitalistas. Haveria, portanto, segundo essa visão, mais um fator que faria com que a relação produto-capital se elevasse. Ainda analisando essa visão, é possível observar que, para o autor, há uma oposição entre os gastos de consumo e investimento. Dentro de tal abordagem, aquilo que é gasto em consumo não será poupado, se não será poupado logo não será

investido. Há uma desconsideração dos efeitos do gasto sobre a demanda, além na crença de uma causalidade simplória entre a existência da poupança e o ato do investimento¹².

Buscou-se ao longo dessa primeira seção mostrar a forma com que o “modelo” de Celso Furtado é desenvolvido, sobretudo no que diz respeito a suas obras dos anos 60. As obras do autor, embora apresentem problemas que serão objeto de análise no restante do trabalho, constituem um importante marco ao pensamento econômico brasileiro, tanto no pioneirismo como na riqueza de ideias que são contidas dentro destes trabalhos. Furtado cumpre o papel fundamental de se tentar fazer com que se pense o Brasil a partir das condições que são encontradas aqui, fugindo assim de teorias que são estabelecidas nos países desenvolvidos e incorporadas ao caso brasileiro.

DA ESTAGNAÇÃO PARA “ALÉM DA ESTAGNAÇÃO”

A própria experiência histórica do final da década de 60 mostrou que os acontecimentos previstos pelo modelo de estagnação de Celso Furtado não condiziam com a realidade, uma vez que o Brasil voltou a apresentar crescimento econômico no período, fator que segundo o modelo não seria mais possível tanto no Brasil como na América Latina como um todo. Passaram a surgir então trabalhos que buscavam dar respostas aos acontecimentos recente da economia brasileira, Maria da Conceição Tavares e José Serra publicam, em 1971¹³, “Além da Estagnação”, que além de conter uma explicação para o crescimento econômico que estava ocorrendo traz consigo ainda uma crítica ao modelo e as conclusões que Furtado havia formulado com a sua tese. O trabalho é ainda uma revisão teórica da posição da própria Tavares que anteriormente compartilhava de algumas ideias de Furtado e da Cepal¹⁴.

A primeira parte do trabalho é dedicada a exatamente a contrapor as conclusões do modelo que foi elaborado por Furtado. As críticas que Tavares e Serra ([1971] 1983) realizam podem ser divididas em críticas externas e internas ao modelo. Nas primeiras os autores buscam mostrar que as premissas utilizadas pelo autor não encontram validade se não num “mundo” neoclássico de equilíbrio geral. Com relação as críticas internas, eles apontam que, mesmo que tal modelo seja utilizado, chegar à conclusão de que haveria uma estagnação para a economia brasileira requer a inclusão de diversas condicionantes adicionais.

Começando pela crítica interna, Tavares e Serra afirmam que, ao contrário de Furtado, a queda da relação produto-capital é mais propriamente um resultado do processo econômico do que

¹² Uma apresentação sobre os diferentes papéis que os gastos desempenham dentro das teorias do desenvolvimento é trazido por Serrano (2001).

¹³ A primeira versão do trabalho foi feita em 1970 para um seminário promovido pela Unesco.

¹⁴ Tal observação é realizada pela própria autora na publicação de “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro”, livro que contém o referido ensaio.

uma condição estrutural, e que a elevação da relação produto-capital seria apenas consequência de curto prazo da baixa utilização da capacidade instalada da economia. Mesmo se essa elevação fosse considerada estrutural, assim como pensava Furtado, seria necessário que não houvesse um aumento da taxa de lucro na economia, uma vez que essa poderia contrapor o efeito da elevação na relação produto-capital. Ou seja, o modelo que é descrito por Celso Furtado, mesmo que seja adotado inteiramente, depende de uma série de hipóteses adicionais para que seja completamente válido.

Os autores enfatizam esse ponto em uma nota de rodapé, afirmando associação direta entre taxa de lucro esperada e relação produto capital é bastante comum dentro da economia convencional, porém, é necessário que se compreenda que a primeira diz respeito ao comportamento do empresário frente às condições dadas ou em transformação da economia, já a segunda é determinada pelas condições tecnológicas dadas, pelo processo de acumulação no longo prazo. Não há, portanto, motivos para se considerar tais variáveis iguais ou dependentes entre si.

A partir disso, pode se extrair o aspecto externo da crítica dos autores à teoria da estagnação. Furtado utilizava em seu modelo o pressuposto clássico de que a geração de investimento era realizada através da geração de poupança potencial na economia. Já Tavares e Serra ([1971] 1983) refutam tal ideia afirmando que o investimento a ser realizado pelos empresários irá depender da taxa de lucro esperada, e que a relação produto-capital não faz parte dos cálculos econômicos destes. É a partir dessa crítica que a teoria do desenvolvimento brasileira passa a ter uma linha que leva em consideração o Princípio da Demanda Efetiva e não mais o princípio clássico contido na Lei de Say¹⁵.

Além da diferença teórica, tal diferenciação toma corpo como um fato extremamente essencial para que se compreenda a crise brasileira na década de 60. Enquanto Furtado entendia a crise, e estagnação, brasileira como um fato dado a partir das condições estruturais, Tavares e Serra ([1971] 1983) discordam de tal posição e afirmavam que a principal causa da crise foi a falta de investimentos, em um momento em que os projetos do Plano de Metas estavam se concretizando, tal fator teria feito com que a economia brasileira aumentasse o grau de capacidade ociosa.

As duas abordagens possuem uma diferença decisiva entre si, enquanto a de Furtado a acumulação de capital e a distribuição de renda possuem uma relação direta e única, na teoria de Tavares e Serra ([1971] 1983) tal relação pode vir a assumir diferentes posições, a depender do modelo de crescimento que for implementado. Tal consideração é necessária para que se entenda o que foi a recuperação econômica que ocorreu durante os últimos anos da década¹⁶.

¹⁵ Entre o final da década de 70 e início da década de 80 ocorre um debate sobre a validade, ou não, do Princípio da Demanda Efetiva para a economia brasileira. As linhas gerais desse debate são trazidas por Andrade (2014).

¹⁶ Um exemplo da separação entre o crescimento e a distribuição de renda é trazida por Carneiro e Souza (2019).

Um ponto fundamental desse processo é que a partir de “Além da Estagnação” a economia brasileira passa a ser entendida e analisada como uma economia capitalista, ainda que essa apresente certas especificidades é necessário que se analise a dinâmica da periferia tal qual como uma dinâmica capitalista. Segundo Tavares e Serra ([1971] 1983), embora o capitalismo latino-americano sofra de maneira mais aguda as contradições do capitalismo, nada permite concluir que a tendência à estagnação seja mais avançada na periferia que nos centros.

Essa modificação não é trivial sendo que ela foi controversa até mesmo para Kalecki, um dois pais do “Princípio da Demanda Efetiva”. Como traz Serrano (2001), o autor embora tenha critica a causalidade entre a poupança e o investimento para as economias desenvolvidas, acreditava que as economias em desenvolvimento, ou mistas, possuíam restrições de oferta, o que fazia com que o Princípio da Demanda Efetiva não tivesse validade dentro de tais países. Ainda segundo o autor, essa ideia se estendia por diversos outros autores como Kaldor e, inclusive, a própria Tavares, em artigo de 1967.

A modificação no pensamento de Tavares continua a se estruturar ao longo da década de 70, com a sua tese de livre docência, em 1974, intitulada de “Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil” e com a tese para professora titular da Unicamp, “Ciclos e Crise: O Movimento Recente da Economia Brasileira”. Essa guinada teórica marca o surgimento da “Escola de Campinas” que ao longo da década de 70 e 80 consolidou-se como uma importante referência a economia heterodoxa brasileira. Dentro de tal escola há ainda obras importante como Capitalismo Tardio, que é a tese de doutorado apresentada por João Manuel em 1979. Ao passar dos anos essa linha de pensamento vai sofrendo alterações e aos poucos vão sendo revistos e alterados alguns pressupostos que eram adotados por eles¹⁷.

O trabalho de Serrano (2001) traz um exemplo dessa modificação, em uma primeira etapa, a qual o autor dá o nome de “Unicamp I”, há uma ênfase aos problemas referentes à “realização da dinâmica capitalista”. Já a “Unicamp II”, que passa a predominar a partir do final dos anos 80, passa a enfatizar problemas ligados a questões tecnológicas e de financiamento da economia. Há, portanto, um distanciamento de uma abordagem mais ligada a autores como Marx e Kalecki e uma aproximação de uma abordagem mais livremente inspirada em Keynes e Schumpeter.

PELA RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO¹⁸

¹⁷ Para uma apresentação completa da “Escola de Campinas” ver Cano (2007).

¹⁸ Essa seção se baseia em Serrano e Medeiros (2004).

Embora a “Escola de Campinas” tenha conseguido alçar um lugar importante no debate econômico e político, a questão do desenvolvimento vem sendo deixada de lado do debate econômico brasileiro. Mesmo durante o governo do Partido dos Trabalhadores, a qual os economistas ligados a escola possuem grande influência, muito pouco se fez de políticas buscassem realizar uma alteração estrutural e conjunta na situação econômica do país. Não é a intenção do trabalho culpar a “Escola de Campinas” ou tentar achar qualquer outro culpado por esse fato, uma vez que isso é um acontecimento global, sobretudo nos países periféricos que mais necessitam de políticas desse tipo¹⁹. Dentro destes é buscado cada vez mais ações que ou são focalizadas apenas em soluções de curto prazo e setoriais ou até que prejudicam o desenvolvimento do país.

Com relação ao assunto, Serrano e Medeiros (2003) trazem uma importante contribuição que pode inclusive ser lida em forma de manifesto. Para tal feito, inicialmente eles discutem os princípios das diferentes abordagens econômicas e posteriormente fazem algumas considerações e reivindicações sobre as teorias do desenvolvimento. Partindo da ideia de que o crescimento econômico e da capacidade produtiva no longo prazo dependem basicamente do crescimento do investimento que é realizado na economia, sendo que este só cresce caso haja uma demanda final que seja possível fazer com que se mantenha uma trajetória de crescimento. Tem-se que essa situação pode ser tanto beneficiada como atrapalhada por políticas econômicas praticadas pelo Estado.

Essa visão diverge tanto do referencial ortodoxo planejado da economia neoclássica, que simplesmente coloca a poupança como chave da questão, como de referenciais mais heterodoxos, que acabam por considerar o investimento uma variável autônoma que influenciaria demanda final, e não o contrário como os autores defendem. Portanto, os autores realizam uma crítica direta aos autores que são ligados a Unicamp II e que normalmente utilizam em seus trabalhos a ideia de um investimento autônomo e que acontece sem que seja levado em consideração o grau de utilização da capacidade instalada na economia²⁰.

A crítica ao tratamento do investimento como autônomo se estrutura da seguinte forma, mesmo que ele ocorra inicialmente, isso faria com que os empresários, incorporando inovações, ganhassem uma parcela de mercado dos não-inovadores. Esse movimento terá impacto no aumento da capacidade ociosa não planejada, que é um estímulo para a redução do investimento e que eventualmente ocorreria e poderia, inclusive, compensar o efeito expansionista do investimento inicial. Para que o investimento seja considerado como autônomo é necessário, portanto, que os

¹⁹ Chang (2010) mostra a evolução da forma como as teorias de desenvolvimento são tratadas ao longo da história.

²⁰ Para mais detalhes sobre a questão do investimento ser tratado como induzido ou autônomo dentro das teorias do desenvolvimento ver Serrano (2001).

empresários não inovadores sejam indiferentes ao aumento da capacidade ociosa e a perda de fatia de mercado, o que é bastante forte e improvável que ocorra (SERRANO, 2001).

Um outro ponto importante que os autores enfatizam é que as teorias do desenvolvimento têm que de saber lidar com a principal restrição que os países em desenvolvimento enfrentam, que são ligadas principalmente ao Balanço de Pagamentos da economia. Diante desse problema, o crescimento das exportações possui um papel fundamental no desenvolvimento econômico ao garantir uma folga ao problema de restrição interna que ocorrem com os países como o Brasil. O investimento direto estrangeiro seria também uma outra forma de se fugir dos problemas de restrição e de endividamento externo, porém, é necessário que se volte para setores exportadores ou de substituição de importações, ou em nada ajudará a garantir a sustentabilidade a longo prazo da posição externa do país.

Por fim, na parte em que o texto toma mais forma de um manifesto, os autores fazem algumas conclusões acerca da discussão do comportamento teórico e político que os teóricos do desenvolvimento brasileiro devam ter. Eles afirmam que é necessário que se rompa por completo com o referencial neoclássico, não sendo necessário que lhe façam tributos a suas supostas contribuições. Para que, a partir daí, se possa desenvolver uma teoria do desenvolvimento que não se contente apenas em complementar o *mainstream* econômico, mas, sim, se opor a ele, propondo novas interpretações e novos receituários de políticas econômicas. Além disso, não é necessário que se fique agradecido quando um eminente economista neoclássico ocasionalmente admitir que alguma das coisas que os economistas do desenvolvimento dizem são, às vezes, relevantes aqui ou ali.

Desse “manifesto” pode-se entender que os autores fazem algumas reivindicações para o surgimento de uma teoria do desenvolvimento moderna, que seja capaz de abarcar tanto as contribuições de autores clássicos do desenvolvimento, Celso Furtado, por exemplo, como as contribuições que são feitas pela “Escola de Campinas” e por tantos outros autores. Dever-se-ia conseguir retirar os principais pontos de cada uma dessas escolas a fim de que se pudesse unir estes em uma teoria completa e estruturante. Para isso, talvez o mais fundamental seja a união da Economia Política e da Abordagem do Excedente com o Princípio da Demanda Efetiva, para que, dessa forma, se chegue em uma teoria que ao mesmo tempo consegue compreender o Brasil como uma economia capitalista, mas sem esquecer dos condicionantes políticos que as especificidades que a condição periférica a impõe.

A utilização de uma abordagem que enfatize a existência de um excedente esteve presente por praticamente toda a economia clássica, autores como Smith, Marx e Ricardo fizeram, a sua maneira, uso de tal princípio (GAREGNANI, 1980; CICCONE, 1994; SERRANO, 2007). Um dos

pontos principais dentro de tal abordagem é o fato de se considerar que os salários são definidos a partir de condicionantes políticos e sociais, não sendo, portanto, um simples resultado de variáveis econômicas (CICCONE, 1994). Entendendo o produto social como sendo dividido entre lucros e salários, a distribuição de funcional da renda seria independente deste²¹. Exatamente aquilo que Tavares e Serra ([1971] 1983) haviam apontado que teria acontecido no período do Milagre Econômico no Brasil.

A abordagem do excedente chegou a ser reivindicada pelo próprio Furtado. No seu livro “Prefácio a Nova Economia Política”, publicado em 1976, o autor dá uma centralidade ao tema e a forma com que ele foi utilizado pelos diferentes autores ao longo da história. Furtado (1976) chega inclusive a reivindicar a utilização da abordagem clássica do excedente para as teorias do desenvolvimento, afirmando que esta seria a mais adequada para explicar o processo de acumulação de capital e as mudanças estruturais que ocorrem nas economias.

O segundo princípio que os autores enfatizam é o da Demanda Efetiva, que foi desenvolvido quase que simultaneamente por Kalecki e Keynes e é utilizado por diversos outros autores. Esta reivindicação, realizada por Serrano e Medeiros (2004), encontra correspondência na abordagem que foi realizada por Tavares e Serra ([1971] 1983) com a crítica ao modelo de estagnação de Celso Furtado. Porém, os autores vão além das conclusões do “Além da Estagnação” e fazem questão de enfatizar que o Princípio da Demanda Efetiva deva ser utilizado para se analisar a economia tanto no curto como no longo prazo, uma vez que a capacidade produtiva é definida nos dois momentos pelas condições de demanda²².

A partir desses dois pressupostos, pode-se traçar algumas características da teoria que os autores buscam desenvolver. Ao se utilizar da abordagem clássica do excedente, que possui a característica da distribuição de renda ser definida por variáveis políticas e sociais, se passa a necessitar de explicações que vão além da simples determinação econômica dos preços relativos de escassez, sendo necessário que se entenda a situação em que o conflito de classes se manifesta no poder de barganha dos trabalhadores e capitalistas. Além disso, as condições do produto social e das alterações da capacidade produtiva da economia, a qual podem ser entendidas como mudanças estruturais, são ditadas pelas condições de demanda, o que faz com que o gasto na economia passe a ocupar um lugar decisivo na dinâmica capitalista.

²¹ Assim como Ciccone (1994), compreende-se que a independência não significa que as variáveis não possam se influenciar, mas sim que essa influência não é a única determinante para a sua definição.

²² Para uma apresentação da validação do Princípio da Demanda Efetiva no curto e longo prazo, ver Serrano (1995) e Freitas e Serrano (2015).

A partir dessa “nova” teoria do desenvolvimento que é proposta pelos autores, pode-se observar algumas diferenças práticas na adoção de políticas por parte dos governos, dentre estas, o presente artigo enfatiza três diferenças decisivas. Primeira, ao se utilizar do Princípio da Demanda Efetiva no curto e no longo prazo e com isso passar a se considerar que a acumulação de capital a capacidade produtiva é definida a partir da demanda, os gastos passam a ocupar lugar central dentro da dinâmica capitalista. A partir dessa visão, o gasto do governo passa a ser decisivo dentro desse processo, uma vez que é um dos gastos que podem ocorrer de maneira autônoma, sem que necessariamente haja uma correspondência da renda pré-existente na economia e que ainda são capazes de induzir outros gastos na economia a partir dos efeitos multiplicador e acelerador²³. Os gastos de exportações e consumo financiado por crédito também possuem essa característica autônoma, porém a realização deste depende de uma série de outras variáveis.

Um segundo efeito, que também é causado pela condição de se aceitar oferta se ajusta a demanda no curto e no longo prazo, é o de que dentro de tal abordagem, a inflação é um fenômeno estritamente de custos, e os desvios que podem ocorrer a partir das variações na demanda têm duração de um período apenas de ajustamento da capacidade produtiva ao novo nível de demanda²⁴. Essa modificação permite que de fato possa ser dado as devidas atenções aos fatores de oferta que causam a elevação permanente dos preços, característica estrutural dos países periféricos.

Por fim, um terceiro efeito a ser apontado, derivado do Princípio do Excedente, é o que dentro de tal abordagem é necessário que se considere não apenas políticas que buscam promover o crescimento do produto, mas que, por não haver uma determinação direta, também leve em consideração os aspectos distributivos sobre os salários, lucros e preços da economia.

Em resumo, a teoria que é reivindicada por Serrano e Medeiros (2004) une parte da abordagem do Excedente, que estava presente entre os autores clássicos como Furtado, a abordagem do Princípio da Demanda Efetiva, que é reivindicada pela primeira vez no Brasil no trabalho de Tavares e Serra. A partir da modificação destes pressupostos, altera-se também as conclusões e alternativas políticas a serem colocadas em prática.

CONCLUSÕES

Diante do que foi exposto ao longo do trabalho foi possível se observar o longo caminho que a teoria do desenvolvimento brasileira passou desde o seu surgimento. Foi apresentado o caminho de construção do pensamento do Furtado, apontando a forma e os momentos em que o autor foi

²³ Ver Serrano (2001).

²⁴ Ver Garegnani (1987).

inserindo os elementos ao seu modelo. Posteriormente, buscou-se reexaminar a crítica que é feita por Tavares e Serra (1971), trabalho esse que vai ser fundamental para se compreender e se pensar a forma com que se analisa a economia brasileira.

Essa crítica vai fazer com que surja uma linha de pensamento, mesmo que não completamente uniforme, denominada “Escola de Campinas”, que se propõe a repensar sobre a forma de se pensar o Brasil, tanto historicamente como contemporaneamente. Os economistas ligados à escola passam por um longo processo de modificação tanto teórica quanto política e chegam a ocupar importantes quadros dentro dos governos nos períodos pós-redemocratização.

Mesmo com essa influência, as ideias sobre políticas estruturais de desenvolvimento acabam se perdendo dentro do Brasil e cada vez mais são colocadas em prática políticas que são focalizadas em determinadas questões ou setores, esquivando-se de se pensar e focar em medidas que tenham uma integração vertical e horizontal sobre a economia. A exemplo disso, se pode ter o fato de que a última grande política estruturante que foi colocada em ação foi o II PND, na década de 70, ainda enquanto o país estava no regime militar. De lá para cá, muito pouco ou quase nada vem sendo feito a respeito, muito pelo contrário, cada vez mais são colocadas em práticas políticas que representam um retrocesso com relação a essa questão, a exemplo do que foi todo o processo de privatização que o Brasil passou na década de 90 e o ajuste fiscal que o país se vê mergulhado nos atuais dias.

Diante desse cenário é mais do que necessário que se pense e se desenvolva uma nova teoria do desenvolvimento que possa abarcar os pontos positivos que foram trazidos pelos autores clássicos, mas que dê lugar para a incorporação dos elementos teóricos e científicos que vêm sendo desenvolvidos. Ou seja, é necessário que se entenda todo o jogo político contido dentro do contexto de disputa, mas que, para encarar o debate, se entenda todo o funcionamento da economia em seus dias modernos a partir de um modelo sólido.

Por fim, pegando emprestado a classificação que é utilizada por Chang (2010), é necessário que se consiga fazer emergir uma teoria de desenvolvimento que de fato contenha “desenvolvimento”, entendendo esse como a ocorrência de uma mudança estrutural tanto econômica como social dentro dos países. Muitos esforços neste sentido têm sido feitos pelas escolas heterodoxas brasileiras, mas é necessário e urgente que se avance em um sentido de integração tanto na economia como na política, para que, com isso, se possa avançar e ganhar o debate público sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. P. de. O eterno retorno de Keynes. **Revista de Economia Contemporânea**, v.18, n. 2, p. 121-127, 2014.

BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, n. 2, p. 173-199, 2009.

BORJA, B. N. F. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Tese de Doutorado – Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro 2013.

CANO, W. “Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução”. In: SZMERECSÁNYI, T. e COELHO, F. da S. (Orgs.) **Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007.

CARNEIRO, V; SOUZA, F.. Uma análise comparada entre o “Milagre Econômico e o “Milagrinho Brasileiro”: Comentários sobre a distribuição de renda nos períodos. In: **Anais do Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Anais...Campinas (SP) IE-UNICAMP**, 2019.

CHANG, H. Hamlet without the Prince of Denmark: how development has disappeared from today’s “Development” discourse. In: KHAN, S. R.; CHRISTIANSEN, J. **Towards new developmentalism. Routledge**, p. 65-76. 2010.

COUTINHO, M. C. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Celso Furtado. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 3, p. 448-474, 2015.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto, [1961] 2009.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estado democrático**. Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Editora Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, C. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, [1968] 1986.

FURTADO, C. **Prefácio a Nova Economia Política**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1976

GAREGNANI, P. Sobre a teoria da distribuição e do valor em Marx e nos economistas clássicos. **Progresso técnico e teoria econômica**. São Paulo: Hucitec, p. 1-38, 1980.

GAREGNANI, P. Surplus approach to economics, in: **The New Palgrave Dictionary of Economics**. London: Macmillan, 1987.

LEWIS, W. A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, p. 406-456, [1954] 1969.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. En: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000-v. 1, p. 69-136, 2000.

SAMPAIO JR, P de A. **Entre a nação e a barbárie: uma leitura da contribuição de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente**. Tese de Doutorado – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1997.

SCHERER, M. P. **A relação entre crescimento e distribuição de renda na economia do desenvolvimento: do modelo de Lewis à Belíndia**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro. 2007.

SERRANO, F. Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento. **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, p. 135-164, 2001.

SERRANO, F. A teoria do valor de Marx: excedente ou transfiguração crítica. **Encontro Nacional de Economia Política**. v. 12, 2007.

SERRANO, F; MEDEIROS, C. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 2, p. 94, 2004.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da Estagnação. In: TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar. p. 153-172. Cap. 3. [1971] 1983.